



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2014

Nos termos da Lei e do pacto social, a Gerência de COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DE CASAL DE CINZA apresenta à Assembleia-geral da Sociedade o RELATÓRIO DE GESTÃO, bem como as Contas do exercício de 2014.

COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DE CASAL DE CINZA

Avenida Cidade da Guarda
6300 070 Casal de Cinza

Relatório de Gestão

Enquadramento	1
Atividade Institucional	5
Recursos Humanos	7
Investimento	9
Análise económica e Financeira	10
Análise Comparativa	13
Análise Comparativa	15
Proposta de Aplicação de Resultados	17
Perspetivas Futuras	19
Factos relevantes ocorridos após termo do exercício	21
Dívidas ao Estado e à Segurança Social	22
Nota Final	23
Balanço	1
Demonstração dos Resultados por Naturezas	2
Demonstração dos Fluxos de caixa	4
Anexo às DF's	6
Parecer fiscal	24



Enquadramento

Compromisso de Cooperação (2015-2016)

A economia social tem de ser entendida como sendo das pessoas e para as pessoas, com total respeito pelas comunidades, na medida em que, nos momentos de crise, se comporta de uma forma expansionista e em contraciclo, quando comparada com os outros setores tradicionais da economia. Todavia, apesar da importância que este setor da economia social possui, o mesmo não era devidamente reconhecido e valorizado, pelo facto de não existirem dados estatísticos rigorosos e certificados que medissem a sua relevância. O Governo, por via de uma iniciativa inovadora a nível internacional, avançou com a Conta Satélite da Economia Social que, pela primeira vez, retrata o peso real deste setor na economia portuguesa. Por esse facto, hoje sabemos que, em 2010, a economia social era composta por mais de 55 mil organizações, empregava 227 mil pessoas, era responsável por 5,5 % do emprego remunerado nacional, bem como por 2,8 % do Valor Acrescentado Bruto; demonstrando, desta feita, que estamos perante um setor de importância estratégica inegável, a par com outros setores tradicionais da nossa economia. Sendo que, deste universo, mais de 4 mil organizações pertencem ao setor social e solidário. Mas o setor social e solidário, ao longo destas últimas décadas, não só cresceu exponencialmente em número de IPSS constituídas, como passou a assumir, na nossa sociedade, uma importância social e económica de elevado relevo junto das comunidades em que as instituições estão inseridas. As entidades do setor social e solidário, espalhadas por todo o território, são um pilar fundamental no suporte e apoio a todos aqueles que, por vicissitudes diversas, se encontram numa situação de vulnerabilidade, constituindo-se, assim, num instrumento mais próximo dos cidadãos e com maior capacidade de resposta às situações de carência ou de desigualdade social. Nesse sentido, o Governo está também a reforçar os laços de parceria e de confiança com o setor social e solidário, nomeadamente por via da criação da Rede Local de Intervenção Social, cujos primeiros projetos-piloto já estão a ser concretizados, a qual vem aprofundar a ação das entidades do setor social que, pela sua proximidade, têm um conhecimento mais aprofundado das reais necessidades da população, em cada território.

A atual perspectiva de visão do setor social e solidário é a mais reveladora de uma abordagem mais humanista, mais próxima, menos dispendiosa para o Estado e mais benéfica para os cidadãos, sobretudo, os que vivem situações de maior fragilidade social.

O Compromisso de Cooperação 2015-2016 visa reforçar a relação de parceria Público Social entre o Governo Português e o Setor Social e Solidário, assente numa partilha de objetivos e interesses comuns e de repartição de obrigações e responsabilidades de cada uma das partes. Nas áreas da Segurança Social e Emprego, o presente Compromisso de Cooperação define como prioridades de articulação:

1. Acordos de Cooperação

a. A celebração de novos acordos de cooperação deve continuar a privilegiar a flexibilização e a maximização das capacidades instaladas nas diversas respostas sociais, sendo, para o ano de 2015, a respetiva verba reforçada no orçamento da Segurança Social em 50 Milhões de Euros, de modo a priorizar a contratualização de um conjunto de equipamentos sociais construídos, nos últimos anos, ao abrigo do Programa Operacional Potencial Humano (POPH), dando-se prioridade às respostas sociais dedicadas à deficiência; bem como a atualização das comparticipações financeiras dos acordos já existentes. No ano de 2015, dar-se-á continuidade ao processo de adequação dos

acordos de cooperação atípicos existentes, associados a acordos de gestão para Estabelecimento Integrados, em que os montantes da comparticipação financeira da segurança social são inferiores aos valores definidos para os acordos típicos, no sentido da tipificação dos referidos acordos de cooperação.

b. A comparticipação financeira da segurança social relativa ao funcionamento dos equipamentos e serviços sociais com acordo de cooperação, para o ano de 2015, aumenta em 1,1%, nos termos do Anexo I;

c. A conversão gradual dos acordos atípicos em acordos típicos, visando uma maior equidade e transparência no financiamento das respostas sociais.

2. Respostas Sociais

a. A conciliação da vida familiar com a vida profissional, como medida de apoio à natalidade, visando a promoção da demografia, da segurança e do reforço de laços familiares, implica a priorização de medidas concretas, nomeadamente na consolidação da rede de proteção e de apoio às famílias, determinando a sua melhoria e, simultaneamente, a flexibilização e inovação das respostas sociais na área da infância, garantindo-se, assim, a melhoria da vida diária das famílias. Para este propósito é de relevante importância que a rede de creches instaladas no território tenha uma flexibilidade de horário capaz de corresponder às necessidades das famílias, desígnio que deve ser estimulado.

b. Nas matérias relacionadas com a proteção das crianças, para a resposta social Lar de Infância e Juventude (LIJ) aposta-se novamente num processo de qualificação e numa reestruturação do modelo de LIJ, de modo a que, de forma mais eficiente, possam responder às necessidades efetivas das crianças e das suas especificidades. Neste domínio a intervenção das entidades do setor social e solidário constitui um pilar basilar do trabalho desenvolvido nesta área. No âmbito da Agenda da Criança, que determinou a abertura do debate tendente à revisão do sistema de promoção e proteção das crianças e jovens em perigo, incentivando nesta medida a participação de todas as entidades e personalidades relevantes na melhoria do referido sistema, e que criou duas Comissões de reflexão sobre o tema, importa atender às conclusões e recomendações que resultem do trabalho em desenvolvimento, por estas estruturas. Nesta medida, a presente matéria será objeto de adenda a este Compromisso de Cooperação, até ao primeiro trimestre de 2015, concretizando-se a planificação e a organização dos trabalhos futuros a desenvolver, seja por via da reestruturação do modelo existente, seja pelo surgimento de novos paradigmas que respondam eficazmente às necessidades de emergência da área da infância e juventude.

c. Deve ser fomentada a manutenção de respostas e serviços sociais que possibilitem aos cidadãos manter a ligação às suas raízes, por um período de vida mais alargado e com uma melhor qualidade de vida e proteção social, através da continuação da qualificação do Serviço de Apoio Domiciliário e do Centro de Noite, o qual, no ano de 2015, passa a constar da Cláusula II do Anexo da Segurança Social como resposta tipificada; bem como por via de uma Rede de Cuidadores, que irá ser contemplada no próximo quadro comunitário de apoio, garantindo uma maior proteção e oferta de cuidados em domínios que vão para além das respostas tradicionais.

d. O Alojamento Social de Emergência é um serviço social que altera radicalmente o paradigma de resposta da segurança social em situações de emergência, proporcionando às famílias que, por vicissitudes diversas, se encontrem temporariamente em situação de desproteção social, uma maior dignidade, conforto e apoio social, de modo a que rapidamente sejam encontradas as soluções adequadas para a sua autonomização e integração social, podendo, para este efeito, ser celebrados protocolos nesta nova área de intervenção.

3. Inovação e Intervenção Social

A Rede Local de Intervenção Social (RLIS), como estratégia inovadora de reforço da coesão social, vem alterar o paradigma de atuação da Segurança Social no território, garantindo a articulação estreita entre os serviços descentralizados da segurança social, as instituições e os demais agentes da comunidade, com o propósito de melhor servir os cidadãos e aumentar a sua proteção social. Como objetivos fundamentais para a implementação desta rede, encontrando-se já, no ano de 2014, em desenvolvimento 17 projetos-piloto, assumem-se os seguintes compromissos para os anos de vigência do presente Compromisso de Cooperação: Ano de 2015 – Alargamento da Rede em 50 territórios; Ano de 2016 – Cobertura mínima em 100 territórios.

4. Portugal 2020

O próximo quadro comunitário de apoio reveste-se de uma enorme importância na implementação de um conjunto de políticas públicas capazes de reforçar a coesão social e a capacitação dos cidadãos, encontrando-se, tal desiderato, vertido na própria arquitetura do Portugal 2020. É o primeiro quadro de apoio comunitário em que a Inclusão Social possui um eixo próprio, quer no programa Operacional Temático, quer nos Programas Regionais, pelo que a sua matriz determina que as entidades do setor social e solidário tenham um papel determinante na operacionalização das políticas de reforço da coesão social. Assim, para que seja cumprido tal objetivo, o setor social e solidário será chamado a ser parte integrante na definição e gestão deste eixo, quer a nível central, quer a nível regional. Procurar-se-á, dessa forma, que o setor social e solidário dê um precioso contributo na definição da rede de respostas sociais e na requalificação das já existentes.

5. Fundo de Reestruturação do Setor Social (FRSS)

Criado em 2014 com o propósito de apoiar a reestruturação e a sustentabilidade económica e financeira das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e equiparadas, o Fundo de Reestruturação do Setor Social, gerido pelo setor social e solidário, é um exemplo claro de como o Estado eleva o grau de confiança junto deste setor, permitindo-o gerir, com sucesso, um instrumento financeiro desta natureza. Dotado de um capital inicial de 30 Milhões de Euros, o mesmo já financiou uma centena de instituições. Assim, para os próximos 2 anos mantêm-se as prioridades e objetivos já definidos para este Fundo.

6. Formação Profissional

No âmbito da Formação Profissional, pela sua importância, considera-se relevante manter a discriminação positiva, atualmente existente, relativamente às instituições da Economia Social, nas condições de vigência das medidas Estágios Emprego, Contratos Emprego Inserção e Contratos Emprego Inserção + e noutras com finalidades semelhantes que venham entretanto a ser criadas. Na mesma linha, as organizações representativas do setor social e solidário devem ser envolvidas na concretização dos projetos de candidaturas integradas de formação, no âmbito do novo quadro de fundos comunitários.

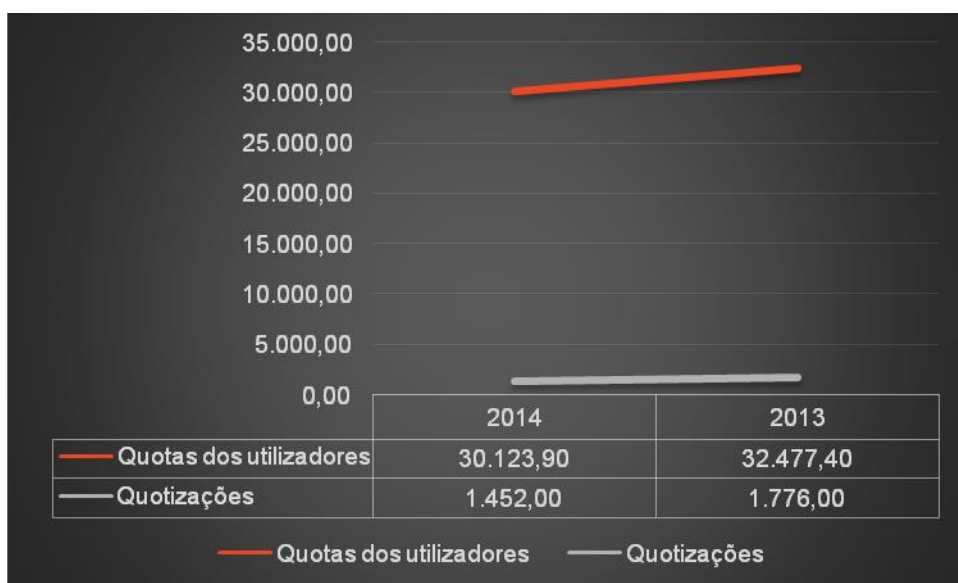


Atividade Institucional

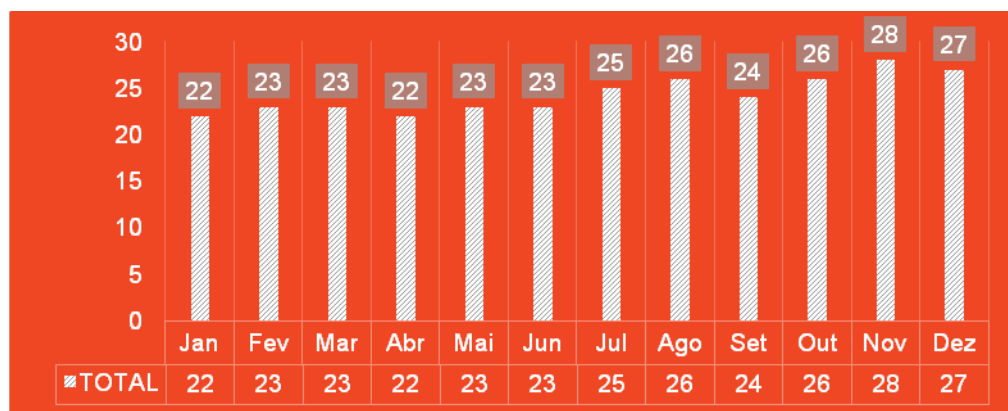
Mensalidades (Volume de Negócios)

Tendo em conta as todas as dificuldades naturais, a instituição diminuiu o seu volume de negócios relativamente ao ano anterior. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 31.575,90€, representando uma variação negativa de 7,82%, relativamente a 2013. Para o que contribuiu a diminuição do valor das mensalidades.

Apresenta-se de seguida a evolução Mensalidades 2013 para 2014:



A instituição continua a desenvolver ações de sensibilização e angariação de novos utentes pelo que no final de 2014 tinha em média na sua 24 utente nas duas valências (10 no Centro de Dia e 14 em Apoio Domiciliário).



Acordos de Cooperação

A comparticipação financeira da segurança social no ano de 2014 foi de 39.908,87€, em que 11.435,04 para a valência Centro de Dia e 28.473,83e para a valência de Apoio Domiciliário 28.473.83.





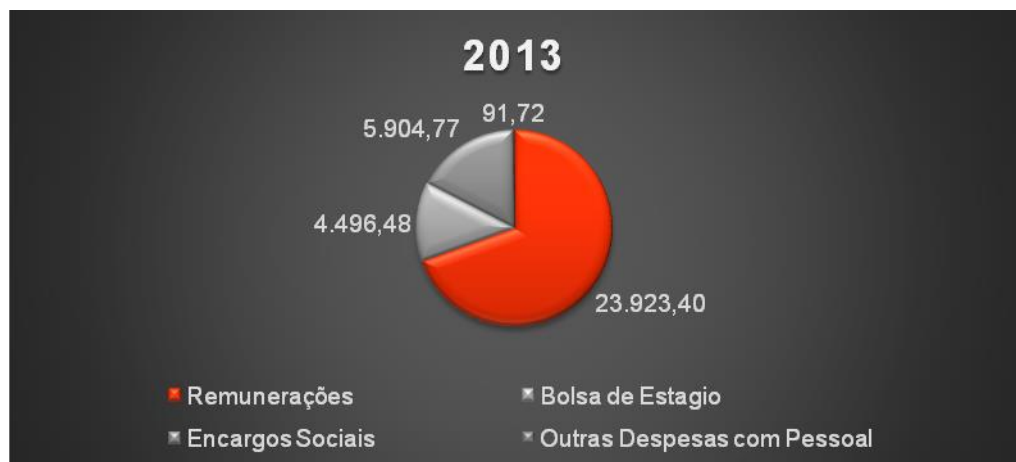
Recursos Humanos

No que se refere aos recursos humanos, o número médio de pessoas de pessoas ao serviço na instituição foi de 4 trabalhadores, sendo em 2013 de 3 trabalhadores.

O crescimento verificado ao nível dos Recursos Humanos deveu-se à necessidade de mantermos o nível e a qualidade dos nossos serviços. O novo colaborado é uma Assistente Social.

Trata-se de uma equipa, constituída por colaboradores qualificados e que prima pela sua flexibilidade, eficiente coordenação entre todos os elementos e respeito pelo utente.

Os gastos com o pessoal em 2014 foram de 36.584,9 € e em 2013 foram de 34.416,37, um aumento na ordem dos 6,3%.





Investimento

No decurso do exercício de 2014, a Instituição não investiu na aquisição da divisória para o salão e não começou as obras para o telheiro conforme estava previsto. Investimentos estes que serão levados a cabo neste ano.

Rubricas	Investimentos - 2014	Alienações
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	
Edifícios e outras construções	0,00 €	
Equipamento básico	0,00 €	
Equipamento de transporte	0,00 €	0,00 €
Equipamento administrativo	0,00 €	
Outros ativos fixos tangíveis	0,00 €	
Total	0,00€	0,00 €



Análise económica e Financeira

Análise Económica

- As receitas realizadas tiveram como origem no recebimento de mensalidades dos Utentes, da Partilha do IGFSS, de quotas, do subsídio obtido da Junta de Freguesia de Casal de Cinza e de donativos.
- As despesas foram baseadas em critérios definidos pela Direção, repartindo-se em gastos de funcionamento.

A instituição no exercício de 2014 e apesar de todas as dificuldades naturais, em tempos de crise, conseguiu melhorar os seus resultados relativamente ao ano anterior. Os Resultados Líquidos apresentam-se negativos em 3.836,20 em 2014, mas em 2013 apresentavam-se negativos em 5.868,56 (aumento de 2.482,26€).

Importa realçar que em termos **OPERACIONAIS** a instituição obteve um **resultado operacional positivo de 1.399,66€**, fruto do esforço realizado com uma gestão financeira com muito rigor no controlo das despesas.

No quadro seguinte poderemos verificar que em 2014 houve uma recuperação em termos de rentabilidade, quer da rentabilidade das Vendas, quer do Capital Próprio e quer do Ativo relativamente a 2013.

Rátios de Rentabilidade	2014	2013
Rentabilidade das Vendas	-10,72%	-17,35%
Rentabilidade do Capital Próprio	-4,36%	-7,72%
Rentabilidade do Ativo	-5,86%	-9,36%

Em termos da Estrutura de “Rendimentos e Ganhos” e “Gastos e Perdas”, apresenta a composição seguinte:

Rubricas	2014	2013	Variação	
			Valor	%
Mensalidades	30.123,90 €	32.477,40 €	- 2.353,50 €	-7%
Quotas	1.452,00 €	1.776,00 €	- 324,00 €	-18%
Comparticipações e Sub.Exploração	41.016,66 €	38.131,64 €	2.885,02 €	8%
Donativos	1.147,00 €	2.407,46 €	- 1.260,46 €	-52%
Programa Alimentar	1.173,19 €	1.000,50 €	172,69 €	17%
Outros Rendimentos Operacionais	24,00 €	28,39 €	- 4,39 €	-15%
Juros	43,82 €	43,67 €	0,15 €	0%
Totais-----	74.980,57 €	75.865,06 €	- 884,49 €	
Rubricas	2014	2013	Variação	
			Valor	%
Custo das Materias Consumidas	20.578,05 €	22.979,11 €	- 2.401,06 €	-10%
Fornecimentos e Serviços Externos	14.892,09 €	18.392,29 €	- 3.500,20 €	-19%
Gastos com Pessoal	36.584,49 €	34.416,07 €	2.168,42 €	6%
Depreciações	4.829,68 €	5.059,40 €		
Perdas por Imparidade	407,00 €	- €		
Outros Gastos Operacionais	1.055,36 €	886,65 €	168,71 €	19%
Gastos Financeiros	20,10 €	- €	20,10 €	
Totais-----	78.366,77 €	81.733,52 €	- 3.544,03 €	
Resultado Operacional	1.419,76 €	- 852,73 €		
Resultado Líquido do Exercício	- 3.386,20 €	- 5.868,46 €		

Análise Financeira

- Da análise ao balanço, podemos concluir que a instituição tem vindo a reforçar a sua autonomia financeira (grau de **autonomia financeira** cifra-se no final de 2014 em 89%.) e que é independente face às responsabilidades assumidas, criando uma segurança aos seus credores (**Solvabilidade** 8,11)
- Relativamente à Liquidez Geral e Liquidez Reduzida a instituição apresenta um valor de 3.08 e 3.08. Estes rácios medem a capacidade da instituição fazer face às suas obrigações. A

instituição encontra-se com uma boa situação financeira, e com uma boa capacidade de realizar liquidez para fazer face às responsabilidades assumidas. Ou seja, 308% das responsabilidades de curto prazo poderão ser satisfeitas recorrendo aos meios financeiros líquidos, cobrança dos créditos de curto prazo.

- O **Fundo Maneio** constitui uma margem de segurança para a instituição, sendo a parte dos fundos a longo prazo que financiam os ativos correntes. A instituição apresenta um Fundo de Maneio de 19.792,19€ o que exprime claramente a existência dessa margem de segurança, visto que, uma parcela dos capitais permanentes com grau de exigibilidade de médio e longo prazo está a financiar uma determinada parte do ativo circulante que apresenta um grau de liquidez de curto prazo.
- A Rubrica da Caixa e seus Equivalentes apresenta um valor de **27.198,74€**
- **Cash Flow Operacional** estima-se que o seu valor no final do exercício de 2014 seja cerca de 1.399,66 euros.

Rátios de Estrutura de Capital	2014	2013
Autonomia Financeira Capital Próprio/Ativo Total	89%	88%
Solvabilidade Capitais Próprios / Passivo Total	8,11	7,42

Rátios de liquidez	2014	2013
Liquidez Geral (Ativo Corrente/Passivo Corrente)	3.08	
Liquidez Reduzida (Ativo Corrente-Inventários/Passivo Corrente)	3.08	



IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO		PERÍODO									
Comissão de Melhoramentos de Casa de Cinza		12 2014									
ANÁLISE COMPARATIVA DE RENDIMENTOS, GASTOS E RESULTADOS											
		2010		2011		2012		2013		2014	
			%		%		%		%		%
RENDIMENTOS											
71	Vendas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Prestação de serviços	0,00	0,00	29.814,70	42,63	31.118,70	43,26	34.253,40	45,15	31.575,90	42,14
73	Variação nos inventários de produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74 a 78	Outros rendimentos e ganhos	0,00	0,00	39.833,16	56,96	40.766,75	56,68	41.567,99	54,79	43.360,85	57,86
79	Juros e outros rendimentos similares	0,00	0,00	282,83	0,40	43,73	0,06	43,67	0,06	0,00	0,00
Total de Rendimentos		0,00	0,00	69.930,69	99,99	71.929,18	100,00	75.865,06	100,00	74.936,75	100,00
GASTOS											
61	CMVMC	0,00	0,00	22.522,30	32,21	19.283,53	26,81	22.979,11	30,29	20.578,05	27,46
62	Fornecimentos e serviços externos	0,00	0,00	19.097,49	27,31	20.675,57	28,74	18.392,29	24,24	14.892,09	19,87
63	Gastos com o pessoal	0,00	0,00	27.805,44	39,76	30.015,64	41,73	34.416,07	45,36	36.584,49	48,82
64 a 68	Outros gastos e perdas	0,00	0,00	5.635,38	8,06	5.938,03	8,26	5.946,05	7,84	6.292,04	8,40
69	Gastos e perdas financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de Gastos		0,00	0,00	75.060,61	107,34	75.912,77	105,54	81.733,52	107,74	78.346,67	104,55
811	Resultado antes dos impostos	0,00	0,00	-5.129,92	-7,34	-3.983,59	-5,54	-5.868,46	-7,74	-3.386,20	-4,52
812	Imposto sobre o rend. do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO		0,00	0,00	-5.129,92	-7,34	-3.983,59	-5,54	-5.868,46	-7,74	-3.386,20	-4,52

Análise Comparativa

NOTA:O valor dos Resultados Antes de Impostos do exercício de 2014 inclui o RAI+ID.

IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO	PERÍODO	
Comissão de Melhoramentos de Casa de Cinza	12	2014

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	Total ano anterior	Ano corrente
Vendas de Mercadorias	0,00	0,00
Vendas de Produtos	0,00	0,00
Prestações de Serviços	34.253,40	31.575,90
Soma (Volume de negócios)	34.253,40	31.575,90

		% Vol. Negócios		% Vol. Negócios	Diferença %
621	Subcontratos	0,00	0,00	0,00	0,00
6221	Trabalhos especializados	1.084,50	3,17	1.495,00	4,73
6222	Publicidade e propaganda	0,00	0,00	0,00	0,00
6223	Vigilância e segurança	91,39	0,27	55,35	0,18
6224	Honorários	4.485,00	13,09	1.251,25	3,96
6225	Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
6226	Conservação e reparação	1.157,86	3,38	1.223,03	3,87
6227	Serviços bancários	10,50	0,03	34,98	0,11
6228	Outros serviços especializados	0,00	0,00	0,00	0,00
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	204,82	0,60	442,64	1,40
6232	Livros e documentação técnica	165,22	0,48	25,00	0,08
6233	Material de escritório	278,01	0,81	122,24	0,39
6234	Artigos para oferta	0,00	0,00	0,00	0,00
6238	Outros materiais	0,00	0,00	0,00	0,00
6241	Electricidade	1.291,37	3,77	1.583,12	5,01
6242	Combustíveis	6.738,19	19,67	6.238,31	19,76
6243	Água	448,16	1,31	450,79	1,43
6248	Outros fluidos	0,00	0,00	0,00	0,00
6251	Deslocações e estadas	0,00	0,00	0,00	0,00
6252	Transportes de pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
6253	Transportes de mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
6258	Outros transportes	0,00	0,00	0,00	0,00
6261	Rendas e alugueres	0,00	0,00	0,00	0,00
6262	Comunicação	659,56	1,93	557,29	1,76
6263	Seguros	685,80	2,00	612,08	1,94
6264	Royalties	0,00	0,00	0,00	0,00
6265	Contencioso e notariado	0,00	0,00	0,00	0,00
6266	Despesas de representação	0,00	0,00	0,00	0,00
6267	Limpeza, higiene e conforto	1.073,91	3,14	777,01	2,46
6268	Outros serviços	18,00	0,05	24,00	0,08
			0,00		0,00
			0,00		0,00
	TOTAL	18.392,29	53,69	14.892,09	47,16
					-6,53

Análise Comparativa



Proposta de Aplicação de Resultados

A direcção, propõe que o resultado líquido do exercício de 2014, no valor de -3.386,20€, tenha a seguinte aplicação:

Resultados Transitados.....3.386,20€



Perspetivas Futuras

A Direcção considera que os resultados obtidos a todos os níveis pela instituição reforçam que estão a caminhar num bom sentido, quer a nível económico-financeiro, quer ao nível da qualidade, confiança e conforto dos seus utentes.

A análise da evolução da actividade nos primeiros meses de 2014 perspectiva, com optimismo, uma melhoria da situação verificada no exercício de 2014.

Considera-se que a instituição está dotada de instalações adequadas para fazer face ao desejável crescimento para as valências atuais.

A Direcção propõe-se ainda a elaborar um estudo de viabilidade para avançar com a criação de um LAR.

Factos relevantes ocorridos após termo do exercício

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreu qualquer facto relevante para as actividades da instituição



SEGURANÇA SOCIAL



Dívidas ao Estado e à Segurança Social

A instituição não é devedora ao Estado e à Segurança Social por quaisquer dívidas fiscais e contributivas em situação de mora. Dá-se deste modo cumprimento ao disposto no artigo 2º do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de Novembro e no artigo 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro (Código Contributivo).

Nota Final

A Direcção deu cumprimentos de uma forma global ao Plano de Atividades e Orçamento de 2014, pelo que os seus objectivos foram alcançados.

A Direcção agradece a todos os elementos dos Corpos Sociais a disponibilidade para o desempenho dos seus cargos. Esta disponibilidade que de forma desinteressada contribui com a sua solidariedade para esta obra de todos nós em prol de todos nós, enobrece quem a pratica, independentemente das suas convicções.

Agradece aos utentes, socios e familiares que nos honraram com a sua preferência, agradecemos a confiança depositada, que constituiu importante incentivo e compensação pelos esforços empreendidos por quantos trabalham nesta Instituição.

A todos os trabalhadores que contribuíram para o desempenho da instituição, com o seu profissionalismo e dedicação, a Direcção deseja expressar o seu agradecimento.

Balanço

Balanço individual em 31 de Dezembro de 2014		Unidade Monetária: euros	
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2014	31-12-2013
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		57.838,68	62.668,36
Investimentos financeiros		42,89	
		57.881,57	62.668,36
Activo Corrente			
Estado e outros entes públicos		1.286,38	1.275,42
Outras contas a receber		519,67	215,58
Diferimentos		362,58	3.399,35
Caixa e depósitos bancários		27.198,74	24.412,52
		29.367,37	29.302,87
Total do activo		87.248,94	91.971,23
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		25.051,02	25.051,02
Resultados transitados		56.008,94	61.877,40
		81.059,96	86.928,42
Resultado líquido do período		(3.386,20)	(5.868,46)
Total do fundo de capital		77.673,76	81.059,96
Passivo			
Passivo não corrente			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		2.563,34	4.030,76
Estado e outros entes públicos		1.383,66	1.158,82
Diferimentos		333,00	4.220,78
Outras contas a pagar		5.295,18	1.500,91
		9.575,18	10.911,27
Total do passivo		9.575,18	10.911,27
Totais dos fundos patrimoniais e do passivo		87.248,94	91.971,23

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Demonstração individual dos resultados por naturezas
Período findo em 31 de Dezembro de 2014

Unidade Monetária: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2014	31-12-2013
Vendas e serviços prestados		31.575,90	33.831,40
Subsídios, Doações e legados à exploração		42.163,66	40.961,10
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(20.578,05)	(22.979,11)
Fornecimentos e serviços externos		(14.892,09)	(18.392,29)
Gastos com o pessoal		(36.584,49)	(34.416,07)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(407,00)	0,00
Outros rendimentos e ganhos		1.197,19	1.028,89
Outros gastos e perdas		(1.075,46)	(886,65)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		1.399,66	(852,73)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(4.829,68)	(5.059,40)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(3.430,02)	(5.912,13)
Juros e rendimentos similares obtidos		43,82	43,67
Resultado antes de impostos		(3.386,20)	(5.868,46)
Resultado líquido do período		(3.386,20)	(5.868,46)

Demonstração dos Fluxos de caixa

Demonstração individual de fluxos de caixa
Período findo em 31 de Dezembro de 2014

RUBRICAS	PERÍODOS
	31-12-2014
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>	
Recebimentos de utentes e sócios	33.330,70
Recebimento das Participações	39.908,87
Pagamentos a fornecedores	(35.415,31)
Pagamentos ao pessoal	(26.663,95)
Caixa gerada pelas operações	11.160,31
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(8.417,91)
Outros recebimentos/pagamentos	(8.417,91)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	2.742,40
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>	
Pagamentos respeitantes a:	
<i>Activos fixos tangíveis</i>	
<i>Investimentos financeiros</i>	
Recebimentos provenientes de:	
<i>Activos fixos tangíveis</i>	
<i>Juros e rendimentos similares</i>	43,82
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	43,82
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>	
Recebimentos provenientes de:	
<i>Financiamentos obtidos</i>	
Pagamentos respeitantes a:	
<i>Financiamentos obtidos</i>	
<i>Juros e gastos similares</i>	
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	2.786,22
Efeito das diferenças de câmbio	
Caixa e seus equivalentes no início do período	24.412,52
Caixa e seus equivalentes no fim do período	27.198,74

Anexo às DF's

ANEXO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação da Entidade: Comissão de Melhoramentos de Casal de Cinza

Sede: Casal de Cinza

Natureza da atividade: Associação de Direito Privado (CAE – 88990)

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo - ESNL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 09 de Março, tendo sido adotadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as entidades do sector não lucrativo.

2.2 *Indicação e justificação das disposições do NCRF-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.*

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da sociedade, mantidos de acordo com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística em vigor, com a flexibilidade permitida em função da situação concreta da empresa. Os pressupostos subjacentes, características qualitativas das Demonstrações Financeiras e normas contabilísticas adequadas foram aplicados com ponderação. As contas apresentadas expressam, com clareza, uma imagem verdadeira e apropriada do património, da posição financeira e dos resultados das operações realizadas no período a

que se reportam. Adotaram-se, também, as práticas contabilísticas consignadas na legislação fiscal em vigor.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do NCRF-ESNL.

2.3. *Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.*

As demonstrações financeiras do exercício de 2014 são comparáveis na sua plenitude com as do exercício de 2013.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento)

sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;

- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros rendimentos/gastos ou ganhos/perdas operacionais”, para todos os outros saldos/transações.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;

- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;

- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 25% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2010 a 2013 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 FLUXOS DE CAIXA

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

	Saldo em 31-12-2014	Saldo em 31-12-2013
Caixa	178,99	551,16
Depósitos à Ordem	16.904,75	13.779,22
Depósitos a Prazo	10.115,00	10.082,14
Total de caixa e depósitos bancários	27.198,74	24.412,52

Na divulgação dos fluxos de caixa foi utilizado o método direto (método obrigatório), o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da empresa.

5 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

6.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

6.1.1. Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros.

6.1.2. Métodos de depreciação usados:

As depreciações foram calculadas pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

6.1.3. Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho dos ativos.

Activos fixos tangíveis	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	3 a 8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 8

6.1.4. Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada no início e no fim do período:

Rubricas	Situação em 31/12/2014			Situação em 31/12/2013		
	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Edifícios e outras construções	211.946,72 €	154.528,69 €	57.418,03 €	211.946,72 €	150.617,91 €	61.328,81 €
Equipamento básico	37.755,72 €	37.335,08 €	420,64 €	37.755,72 €	36.416,18 €	1.339,54 €
Equipamento de transporte	27.092,69 €	27.092,68 €	0,01 €	27.092,69 €	27.092,68 €	0,01 €
Equipamento administrativo	978,89 €	978,89 €	0,00 €	978,89 €	978,89 €	0,00 €
Total	277.774,02 €	219.935,34 €	57.838,68 €	277.774,02 €	215.105,66 €	62.668,36 €

6.1.5. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos

para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

A quantia escriturada, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Rubricas	Quantia escriturada 31/12/2013	Adições	Revalorizações	Alienações	Depreciações	Perdas imparidade	Abates / Transferências	Quantia escriturada 31/12/2014
Edifícios e outras construções	61.328,81 €				3.910,78 €			57.418,03 €
Equipamento básico	1.339,54 €				918,90 €			420,64 €
Equipamento de transporte	0,01 €							0,01 €
Equipamento administrativo	0,00 €							0,00 €
Investimentos em curso	0,00 €							0,00 €
Total	62.668,36 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4.829,68 €	0,00 €	0,00 €	57.838,68 €

7 INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2014				2013		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	19.404,86	1.173,19	0,00	21.978,61	1.000,50	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	0,00	19.404,86	1.173,19	0,00	21.978,61	1.000,50	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				20.578,05			22.979,11
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

8 IMPARIDADE DE ATIVOS

8.1. Para cada classe de ativos:

- a) Quantia de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período (com indicação das linhas de itens da demonstração dos resultados em que essas perdas por imparidade estão incluídas);

PERDAS DE IMPARIDADE

	Saldo Inicial	Reforço	Utilização	Reversão	Saldo Final
	31-12-2013				31-12-2014
Em Dívidas a Receber de Clientes	0,00	407,00			407,00
	0,00	407,00	0,00	0,00	407,00

- b) Quantia de reversões de perdas por imparidade reconhecida nos resultados durante o período (com indicação das linhas de itens da demonstração dos resultados em que essas perdas por imparidade estão revertidas);

A demonstração de resultados apresenta o montante global 407,00 euros de constituição de perdas por imparidade de dívidas de sócios de cobrança duvidosa, em resultado do acréscimo no exercício das dívidas de cobrança duvidosa de sócios.

9 RÉDITO

Para os períodos de 2014 e 2013 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2014	2013
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	30.123,90	32.055,04
Quotas e joias	1.452,00	1.776,00
Juros	43,82	43,67
Total	31.619,72	33.874,71

10 SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2014	2013
Subsídios do Governo		
	0,00	0,00
Apoios do Governo		
	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

11 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00€.

12 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2014 e 2013, foram 5. Os órgãos diretivos não usufruem as seguintes remunerações:

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2014 foi de 4.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2014	2013
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal (inclui estágio)	28.567,84	28.419,58
Encargos sobre as Remunerações	6.087,58	5.904,77
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	370,34	32,37
Outros Gastos com o Pessoal	1.558,73	59,35
Total	36.584,49	34.416,07

13 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2014 e 2013, foram de 0,00€ em cada um dos períodos.

14 OUTRAS INFORMAÇÕES

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a seguinte decomposição:

Descrição	2014	2013
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00
Financiamentos/patrocinadores/doadores	0,00	170,00
Outros Devedores	519,67	2.875,38
Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Total	519,67	3.045,38

14.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2014	2013
Gastos a Reconhecer		
Seguros	362,58	569,55
Total	362,58	569,55
Rendimentos a Reconhecer		
	333,00	87,00
Total	333,00	87,00

14.3 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	25.051,02	0,00	0,00	25.051,02
Resultados transitados	61.877,40	0,00	-5.868,46	56.008,94
Total	86.928,42	0,00	-5.868,46	81.059,96

14.4 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Fornecedores c/c	2.563,34	4.030,76
Total	2.563,34	4.030,76

14.5 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Retenção na fonte	1.286,38	1.275,42
Segurança Social	0,00	0,00
Total	1.286,38	1.275,42
Passivo		
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	123,00
Segurança Social	1.337,29	1.035,82
Fundo Compensação para Trabalho/FGCT	46,37	0,00
Total	1.383,66	1.158,82

14.6 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2014		2013	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		1.393,12
Credores por acréscimo de gastos		5.295,18		4.133,78
Outros credores		0,00		107,79
Total	0,00	5.295,18	0,00	5.634,69

14.7 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2014 e 2013, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2014	2013
Subsídios do Estado e outros entes públicos	41.016,66	38.131,64
Doações e heranças	1.147,00	2.829,46
Total	42.163,66	40.961,10

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

14.8 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, foi a seguinte:

Descrição	2014	2013
Serviços especializados	4.059,61	6.829,25
Materiais	589,88	648,05
Energia e fluidos	8.272,22	8.477,72
Serviços diversos	1.970,38	2.437,27
Total	14.892,09	18.392,29

14.9 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Ganhos em inventários	1.173,19	1.000,50
Outros rendimentos e ganhos	24,00	28,39
Total	1.197,19	1.028,89

14.10 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Impostos	543,07	252,48
Outros Gastos e Perdas	512,29	634,17
Total	1.055,36	886,65

14.11 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2014 e 2013 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2014	2013
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	20,10	0,00
Total	20,10	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	43,82	43,67
Dividendos obtidos	0	0
Outros Rendimentos similares	0	0

	Total	43,82	43,67
Resultados Financeiros		23,72	43,67

14.12 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2014.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Vila Cortês do Mondego, 24 de Março de 2015

O Técnico Oficial de Contas,

Lara Cristina Martins da Fonseca
TOC N° 53408 - NIF - 213705168

A Direção,

Parecer fiscal
